

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

2003/2004

A presente cópia foi registrada e
arquivada na DRT/DF sob o n.º:
46.206.005.310/03-66 em 30/05/03

O **Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Sistemas de TV por Assinatura e Serviços Especiais de Telecomunicações - SINCAB**, entidade sindical de 1º Grau de âmbito nacional com sede no Distrito Federal, Brasília, Edifício Jockey Club, 6º Andar, CEP N° 70.317-900, neste ato representado por seu Presidente Sr. Valdo Soares Leite, e, de outro lado, o **Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo, MMDS, DTH e Telecomunicações – SINSTAL**, entidade sindical de 1º Grau de âmbito nacional, com sede na cidade de São Paulo, na Rua Alcides Ricardini Neves nº 12, Conjunto 813, Brooklin São Paulo – SP - CEP 01.311-500, neste ato representada por seu Presidente, o Dr. Gilberto Mussi de Carvalho, firmam a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, nas condições a seguir estabelecidas:

01. DATA BASE - ABRANGÊNCIA

1.1 As partes convencionam no sentido de manter a data base da categoria dos **Instaladores - Trabalhadores em Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo, MMDS, DTH e Telecomunicações**, em 1º de julho.

02. REAJUSTE SALARIAL

2.1 Os salários dos empregados abrangidos pelo presente instrumento representados pelo Sindicato Profissional, ficam reajustados no percentual de 16,77% (dezesseis vírgula setenta e sete por cento), aplicado sobre os salários vigentes em de 30 de junho de 2003, passando a vigor a partir de 01 de julho de 2002.

2.1.1 - A convenção coletiva de trabalho com vigência entre 01.07.02 e 30.06.03, não permite reajustes proporcionais e, tampouco compensações



www.sincab.org

**SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SISTEMAS
DE TV POR ASSINATURA E SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES**



de reajustes concedidos anteriormente na vigência da convenção anterior. Ou seja, deverá ser aplicado o reajuste integral, sobre todos os salários pagos em 30.06.2003, independente da data de admissão ou aumentos concedidos a qualquer título.

2.1.2 - Não serão compensados os aumentos salariais concedidos após a data base de 1º de julho de 2002, que sejam decorrentes de promoção, transferência, equiparações judiciais, salarial, méritos ou promoções, nos termos da instrução normativa nº 04 do TST.

03. SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

3.1. Quando ocorrer substituição de caráter provisório, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, será garantido igual ao salário do cargo ou função, para o substituto.

04. INTEGRAÇÃO DE PARCELAS HABITUAIS

4.1. O valor das horas extras, do adicional noturno e de outras parcelas pagas habitualmente, será integrado à remuneração do empregado, observada a regra disposta nos Enunciados do TST que tratam sobre a matéria, para efeitos de cálculos de férias, 13º salário e aviso prévio, com base na média dos valores pagos nos últimos 06 (seis) meses, sendo também considerados para o pagamento do repouso semanal remunerado e dos depósitos de FGTS.

05. HORAS-EXTRAS

5.1. As horas extraordinárias trabalhadas de 2ª a 6ª feira, serão remuneradas de acordo com o disposto Constitucional, sendo que as horas extraordinárias trabalhadas aos sábados, domingos e feriados serão remuneradas acrescidas de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

5.2. Não terão direito ao recebimento de horas extraordinárias os empregados exercentes de cargos de confiança, assim considerados nos termos do art. 62, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho.

06. GARANTIA À GESTANTE & CRECHES

6.1 – A empregada gestante, terá garantia de emprego desde a concepção até 150 dias após o parto e não poderá ser dispensada, a não ser em razão de falta grave devidamente apurada ou por mútuo acordo entre a empregada e o empregador, com assistência do SINCAB.



www.sincab.org

**SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SISTEMAS
DE TV POR ASSINATURA E SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES**



6.2. Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

6.3. As empresas se obrigam a reembolsar em folha de pagamento as despesas mensais de vagas em creches para filhos de empregados do sexo feminino, até a criança atingir 6 (seis) anos de idade, em estabelecimento de livre escolha das mães no valor de R\$ 165,00 por filho.

6.3.1. As presentes condições acordadas serão estendidas aos empregados do sexo masculino, solteiros, viúvos, separados judicialmente, ou divorciados com comprovada guarda legal dos filhos.

6.4. A exigência estabelecida no item 6.3, poderá ser suprimida por meio de creches, mantidas diretamente ou mediante convênios com outras entidades públicas, privadas, ou pelas próprias empresas.

07. AUXÍLIO FUNERAL

7.1. As empresas cujos empregados não estiverem abrangidos por seguro de vida em grupo ou outras modalidades de seguro por elas subsidiados, em todo ou em parte, ocorrendo falecimento de empregado, pagarão aos dependentes legais deste a importância de R\$.10.000,00 (dez mil reais). Os pagamentos resultantes serão efetivados em cota única em até 10 (dez) dias após a comprovação do óbito.

7.2. A importância acordada na cláusula 07.1 supra será devida em dobro no caso de o empregado falecer por acidente do trabalho. Os pagamentos resultantes serão efetivados em cota única até 10 (dez) dias após a comprovação do óbito.

08 - SEGURO DE VIDA

8.1. As empresas deverão contratar seguro de vida em grupo que cubram os riscos de acidente morte e cujas apólices individuais não serão inferiores a R\$.10.000,00 (dez

mil reais), obedecida as normas das empresas seguradoras, podendo ter ou não a participação do empregado.

09. QUADRO DE AVISO



www.sincab.org

**SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SISTEMAS
DE TV POR ASSINATURA E SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES**



9.1. As Empresas manterão em local apropriado e acessível um quadro de avisos de notícias sindicais, afixado pelas empresas, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou que contenha conceitos ou expressões injuriosas e que indisponham os empregados contra as Empresas.

10. COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS

10.1. As empresas ficam obrigadas a fornecer aos empregados membros da categoria profissional abrangida pela presente convenção coletiva de trabalho os comprovantes de pagamento salarial com a discriminação, parcela a parcela, das importâncias pagas e dos descontos efetuados.

11. DATA DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS

11.1. As Empresas efetuarão o pagamento dos salários de seus empregados até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao vencido.

11.2. Quando o dia do pagamento coincidir com fim de semana ou feriado, as empresas se comprometem a efetuá-lo de forma a que o empregado tenha efetiva disponibilidade de numerário no último dia útil anterior à data de pagamento, salvo motivo de força maior.

12. TRANSPORTE

12.1. As empresas concederão vales-transporte aos seus empregados, sendo que a concessão dos mesmos será efetuada em conformidade com a Lei nº 7.418/85 e o decreto que regulamentou o referido benefício, estabelecendo-se quantidade de vales suficientes para cobrir o percurso residência, local de trabalho e residência, facultando-se às empresas efetuarem o pagamento deste benefício em dinheiro, desde que não acarretem prejuízo para o empregado.

13. FÉRIAS

13.1. O início das férias não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dia de folga do empregado.

14. JORNADA DE TRABALHO

14.1. Salvo as jornadas especiais de trabalho estabelecidas nos itens abaixo, a jornada normal de trabalho dos empregados abrangidos pela presente



www.sincab.org

**SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SISTEMAS
DE TV POR ASSINATURA E SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES**



convenção Coletiva será de, no máximo 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentas e vinte) horas mensais, com intervalo mínimo de 1:00 (uma) hora para refeição e repouso, o qual não mais será concedido nem na primeira e nem na última hora da jornada de trabalho.

14.2. A duração das jornadas especiais de trabalho para os trabalhadores da categoria será:

- a) de 36 (trinta e seis) horas semanais, quando contratados para jornada diária de 06 (seis) horas, com direito a intervalo para repouso de até 30 (trinta) minutos, sendo facultativa a concessão de 02 (dois) intervalos de 15 (quinze) minutos cada um;
- b) de 30 (trinta) horas semanais, quando contratados para jornada diária de 05 (cinco) horas, com direito a intervalo para repouso de até 20 (vinte) minutos, sendo facultativa a concessão de 02 (dois) intervalos de 10 (dez) minutos cada um;
- c) de 24 (vinte e quatro) horas semanais, quando contratados para jornada diária de 04 (quatro) horas, com direito a intervalo para repouso de até 15 (quinze) minutos;

14.3. Os intervalos intrajornada mencionados acima não poderão ser concedidos na primeira e na última horas da jornada de trabalho, considerando-se os seus respectivos horários de trabalho;

14.4. Os intervalos descritos acima não serão considerados no cômputo geral da jornada de trabalho diário;

14.5. Considerando-se que as empresas integrantes da Categoria Econômica representada pelo SINSTAL exercem atividades cujas características e exigências técnicas implicam na indispensabilidade da continuidade do trabalho de forma ininterrupta, ou seja, vinte e quatro horas por dia, todos os dias e, ainda, tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei nº 605, de 05.01.49 e nos artigos 6º e 7º, no item “IV”, da Relação anexa ao Regulamento e que se refere o Decreto nº 27.048, de 12.08.49, faculta-se a adoção de escalas de revezamento estabelecendo-se jornada de trabalho de “12X36”, ou seja, doze horas contínuas de trabalho por trinta e seis horas

contínuas de descanso, assegurando o intervalo mínimo intrajornada de 01 (uma) hora, a ser concedido entre a 5ª e 7ª hora, mediante a formalização de acordo escrito com o empregado nesse sentido.

14.6. Será assegurada 01 (uma) folga semanal, a ser gozada de 2ª a 6ª feira e, pelo menos uma vez aos domingos, conforme escala de trabalho mensal, em atenção ao disposto na Lei nº 605/49.

15. COMPENSAÇÃO DE JORNADA

15.1. As empresas poderão estabelecer programas de compensação em dias úteis intercalados com feriados e fins de semana, de sorte que os empregados, ou parte deles, possam ter períodos de descanso mais prolongados, enviando cópia desses programas para o Sindicato Profissional.

15.2. Fica permitida a compensação das horas não trabalhadas aos sábados em outros dias da semana, mediante acordos escritos entre empregado e empregador, cuja cópia será enviada ao Sindicato Profissional.

16. UNIFORME E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

16.1. Quando exigido o uso de uniforme, as empresas deverão fornecê-los gratuitamente aos empregados, o mesmo acontecendo com os equipamentos de proteção individual indicados para várias atividades, responsabilizando-se os empregados pela sua guarda e bom uso e por sua devolução às empresas, quando solicitados.

16.2. Convencionam as partes que nos uniformes poderão constar a marca ou nome de fantasia da empresa ou grupo econômico a que esta pertença.

17. BANCO DE HORAS

17.1. As empresas ficam autorizadas a praticar o sistema de Banco de Horas de trabalho, devendo assinar, individualmente, Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato Profissional, nos termos da legislação aplicável à espécie.

18. CONVÊNIO MÉDICO

18.1. As empresas assegurarão a todos os seus empregados a concessão de convênios médicos, mediante participação financeira parcial ou total do empregado, facultando-

e às empresas escolher qual a forma ou não de sua participação na concessão do convênio médico.

19. COMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA PAGO PELO INSS, APOSENTADORIA.

19.1. As empresas pagarão para os empregados em gozo de auxílio-doença, concedido pela Previdência Social e no período contado entre o 16º (décimo sexto) até o 90º (nonagésimo) dia de afastamento, a complementação salarial nos termos abaixo fixados. A complementação devida corresponderá à diferença entre o que a Previdência social pagar e o salário líquido devido no mês:

19.1.1.- do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia de afastamento = 100% (cem por cento) da diferença acima especificada, do 31º (trigésimo primeiro) até o 90º (nonagésimo) = 90% da diferença acima especificada.

19.2.- A complementação em apreço fica limitada a 01 (um) único afastamento a cada período de 12 (doze) meses contado do último afastamento.

19.3.- Não sendo conhecido o valor básico da Previdência Social, a complementação deverá ser paga em valores estimados. Se ocorrerem diferenças, a maior ou a menor, deverão ser compensadas no pagamento do mês imediatamente posterior.

19.4.- Quando o empregado não tiver direito ao auxílio-previdenciário ou acidentário por não ter ainda completado o período de carência exigido pela Previdência social, a empresa pagará o salário líquido que lhe seria devido entre o 16º dia e o 30º dia de afastamento.

19.5.- O pagamento previsto nesta cláusula deverá ocorrer junto com o pagamento mensal de salário dos demais empregados.

20. GARANTIA DE EMPREGO AO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA

20.1. O empregado com mais de 5 (cinco) anos contínuo na mesma empresa terá garantia de emprego no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que, comprovadamente através de lançamentos na CTPS ou em



www.sincab.org

**SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SISTEMAS
DE TV POR ASSINATURA E SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES**



documento hábil do INSS, passe a fazer jus à aposentadoria da previdência social por tempo de serviço

integral (art. 52); especial (art. 57); ou por idade (art. 48), da Lei nº 8.213/91, ressalvado os casos de dispensa por justa causa, ou acordo com o empregador devidamente assistido pelo SINCAB.

20.2. O empregado deverá comunicar essa condição, por escrito ao empregador, nos primeiros 30 (trinta) dias pós completar o tempo de serviço necessário à obtenção do benefício. Perderá essa garantia o empregado que, tendo completado seu tempo de serviço não venha requerer a aposentadoria dentro dos 12 (doze) meses de garantia de emprego.

21. ESCALA DE SERVIÇOS – AFIXAÇÃO

21.1. Fica acordado que as empresas deverão afixar nos locais de trabalho, com antecedência de 05 (cinco) dias, as escalas de folga.

22. ANOTAÇÃO DAS COMISSÕES

22.1. As empresas que remunerem seus empregados à base de comissões ficam obrigadas a anotar na CTPS ou em contrato individual o percentual e/ou os critérios que serão aplicados para cálculo das comissões individualmente consideradas.

23. CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE TRABALHO

23.1. Faculta-se às empresas integrantes da Categoria Econômica representada pelo SINISTAL a possibilidade de convencionarem contratos temporários de trabalho, mediante a assistência de seus respectivos sindicatos (patronal e profissional), dentro dos limites ditados pelas Lei nºs 6.019/74 e 9.601/98.

24. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

24.1. As empresas descontarão de todos os integrantes da categoria, atingidos pela presente Convenção, no mês de julho de 2003, a importância equivalente a 1 (um) dia de salário, a título de Contribuição Assistencial, na forma definida pela Assembléia Geral da Categoria, recolhendo-a na conta corrente 4875-0, agência 002, operação 003, da Caixa Econômica Federal -



www.sincab.org

**SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SISTEMAS
DE TV POR ASSINATURA E SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES**



Brasília, em nome do sindicato profissional – SINCAB, até a data de 5 (cinco) de agosto de 2003.

24.2. As empresas, na data dos recolhimentos acima referidos, entregarão ao SINCAB uma relação em que se constem nome, função, data de admissão, valores de contribuição e salários de cada empregado, remetendo-a para a sede deste, no SCS – Ed. Jockey Club, 6º Andar – Brasília-DF – CEP. 70.317-900.

24.3. Convencionam as partes que toda solicitação de devolução da referida contribuição assistencial deverá ser feita de próprio punho pelo empregado e enviada ao Sindicato Profissional com cópia protocolada a ser enviado à empresa, até 10 (dez) dias após o desconto e data de pagamento do salário ou através de decisão judicial liminar.

25. AUTORIZAÇÃO DO DESCONTO

25.1. A empresa poderá realizar, dentro do limite legal e mediante expressa autorização, descontos em folha de pagamento dos empregados abrangidos pela

presente Convenção, relativos a contribuição social (mensalidades do sindicato profissional), associação de empregados, assim como os demais compromissos firmados pelos empregados com essas entidades ou com o empregador relativamente a convênios e empréstimos.

25.2. As empresas efetuarão o desconto das mensalidades dos associados do SINCAB no valor de 2% (dois por cento) do salário conforme definido em Assembléia Geral da categoria, desde que apresentada a respectiva autorização do empregado.

26. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

26.1 A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 1999, fixou a Contribuição Assistencial Patronal, relativa à negociação Coletiva de Trabalho, objeto desta Convenção, a ser recolhida ao SINSTAT por todas as empresas integrantes da Categoria Econômica por ele representada, conforme definido na Cláusula 01.1 supra, associadas ou não, cujos empregados integrem ou possam a vir a integrar a Categoria Profissional do SINCAB nas bases territoriais também anteriormente definidas, esclarecendo ser irrelevante, para a obrigação de pagar a citada



www.sincab.org

**SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SISTEMAS
DE TV POR ASSINATURA E SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES**



Contribuição, ter ou não as empresas, nesta data, empregados pertencentes à mencionada Categoria Profissional. A aludida Contribuição Assistencial foi fixada no montante de R\$ 3,00 (três reais) mensais, por empregado contratado por cada empresa integrante da Categoria Econômica representada pelo SINISTAL, durante o período de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ou seja de 1º de julho de 2003 a 30 de junho de 2004, inclusive retroativamente, cujo montante mensal deverá ser recolhido até o dia 15 de cada mês de competência aos cofres do SINISTAL diretamente na conta-corrente por ele mantida, ou onde por este vier a ser indicado. Além do valor acima especificado, as mesmas empresas deverão recolher

aos cofres do SINISTAL, a importância fixa de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), que será cobrada por meio de boleto bancário (carta registrada) em 02 (duas) parcelas iguais de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) cada uma, a ser encaminhada pelo SINISTAL, com vencimento em 31 de agosto de 2003 e 31 de janeiro de 2004. O não pagamento nos respectivos vencimentos aludidos, dos valores ora fixados, acarretará a aplicação de multa moratória de 2% (dez por cento), incidente sobre o débito e dos juros de mora de 20% (vinte por cento) ao ano, contados dia a dia, calculados sobre o principal corrigido, além dos demais ônus sucumbenciais, se necessária a cobrança judicial. Ficou também estabelecido que, na hipótese de, por imposição legal ou inexistência futura da TR, aplicar-se-á a Taxa Referencial como correção monetária.

27. COMISSÃO PARITÁRIA

27.1. Convencionam as partes a constituição de comissão paritária permanente composta por integrantes das Diretorias das Entidades Convenientes, com o objetivo de estudar e manter arquivo atualizado sobre doenças profissionais da categoria.

28. CÂMARA SETORIAL

28.1. Estabelecem as partes convenientes, o estudo visando a instituição e a implementação da Câmara Setorial Arbitral da categoria, bem como de Comissões de Conciliação Prévia, objetivando solucionar os dissídios decorrentes das relações de trabalho, nos termos da Portaria MTE nº 264, de 05 de junho de 2002.

29. VIGÊNCIA



www.sincab.org

**SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SISTEMAS
DE TV POR ASSINATURA E SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES**



29.1. A presente Convenção Coletiva de Trabalho, **tem vigência nacional** e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 1º de julho de 2003 até o dia 30 de junho de 2004.

30. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

30.1. No caso de descumprimento das obrigações de fazer estipuladas nesta Convenção Coletiva de Trabalho, fica a parte infratora obrigada a pagar multa equivalente R\$.5,00 (cinco reais) por empregado, em favor do Sindicato representante da categoria profissional ou econômica, corrigido pelos mesmos critérios e índices dos débitos trabalhistas

31. PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA E REVOGAÇÃO

31.1. A prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial do presente acordo ficarão subordinadas às normas estabelecidas no artigo 615 da CLT.

E, por estarem as partes justas e acordadas, lavram a presente convenção coletiva de trabalho em 4 vias de igual teor, que arquivam perante a delegacia Regional do Trabalho do Distrito Federal, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Brasília, 30 de junho de 2003.

VALDO SOARES LEITE

**Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Sistemas de TV por
Assinatura e Serviços Especiais de Telecomunicações - SINCAB
Presidente**

GILBERTO MUSSI DE CARVALHO

**Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e
Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo, MMDS,
DTH e Telecomunicações - SINSTAL
Presidente**